

CHAMADO À AÇÃO

PARA RECHAÇAR REDD+ E AS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS PARA ENFRENTAR O CAPITALISMO E DEFENDER A VIDA E OS TERRITÓRIOS

COP20, Lima, Dezembro de 2014

Por ocasião das negociações da ONU sobre mudanças climáticas em Lima, no Peru - conhecidas como a COP20 -, advertimos que rechaçar REDD+ e os 'serviços ambientais', no contexto da 'economia verde', é uma parte central da nossa luta contra o capitalismo e as indústrias extrativas e em defesa dos territórios, da vida e da Mãe Terra.

Os acordos das Nações Unidas sobre o clima têm falhado em reduzir as emissões de gases que geram o aquecimento global. De fato, os mecanismos e políticas surgidos a partir destes acordos, entre os quais está REDD+, têm permitido continuar, legitimar e intensificar atividades destrutivas como são as mineiras, petroleiras, gasíferas e carboníferas, as monoculturas florestais e o agronegócio, entre outros. Estas indústrias, que são as principais causadoras da crise climática, têm adotado discursos de 'sustentabilidade', 'desmatamento zero', 'responsabilidade socioambiental', 'dissociação' ou 'projetos de baixo carbono', sob o guarda-chuva de uma economia "verde". Mas sabemos que mais além da propaganda para lavar sua imagem, o modelo extrativista e o capitalismo global institucionalizado sempre resultam no saqueio de Mãe Terra, assim como no despojo, violência, destruição e criminalização das comunidades, povos, terras e territórios.

No marco da economia 'verde', seus promotores pretendem fazer-nos crer que é possível um 'crescimento sustentável' da economia, que pode 'dissociar-se da natureza' com as formas de produção capitalista, ou que é factível 'compensar' ou 'mitigar' a contaminação ou a destruição de um lugar com a 'recriação' ou 'proteção' de outro. Sob uma lógica injusta e colonialista, a economia 'verde' subjuga a natureza e os povos autônomos ao impor restrições sobre o uso e controle de seus territórios para encher os bolsos de alguns poucos, inclusive quando as comunidades são as que mantêm títulos de propriedade.

Um dos pilares fundamentais do novo capitalismo global são os 'serviços ambientais'. Eles significam a submissão, financierização, mercantilização, servidão e escravização da natureza à lógica do capital. O mercado de carbono, a compensação de biodiversidade ou os mercados de água são parte desta forma de capitalismo. Os 'serviços ambientais' são, em si mesmos, interdependentes do modelo econômico hegemônico.

Uma das suas formas é o programa para a **Redução das Emissões** derivadas do **Desmatamento** e da **Degradação das florestas (REDD)**, e da conservação, manejo sustentável e aumento de 'reservas' de carbono (REDD *Plus* ou REDD+), e agora também, a agricultura chamada 'climaticamente inteligente'. Os impulsores de REDD+ esperam que a COP20 em Lima sente as bases para incluí-lo formalmente no próximo acordo internacional sobre o clima em 2015 durante a COP21 em Paris. De todas maneiras, desde vários anos existem projetos e programas deste tipo, e que estão em constante expansão. Várias empresas, ONG e governos, assim como os fundos de carbono do Banco Mundial e da ONU, estão empenhados em seguir adiante com esse negócio.

Na prática, dado que as florestas se encontram principalmente em terras indígenas e que os camponeses e camponesas alimentam ao mundo, estes esquemas convertem os territórios indígenas e as terras agrícolas tanto em 'sumidouros' de dióxido de carbono como em 'bancos' de água ou biodiversidade.

Por outro lado, do ponto de vista de combater o desmatamento o mecanismo é também absurdo, pois quanto mais desmatamento e ameaça às florestas haja, mais projetos de REDD+ podem ser justificados e levados a cabo com o objetivo de vender a ‘escassa’ mercadoria do carbono.

Assim, com REDD+ a capacidade das florestas e solos de absorver carbono e retê-lo, das plantas de fazer fotossíntese, de criar a água, de cultivar ou criar biodiversidade está sendo quantificada, monetarizada, apropriada, privatizada e financeirizada como qualquer mercadoria. O comércio de ‘serviços ambientais’ também impulsiona a impunidade dos contaminadores e destruidores porque, ao invés de cumprirem leis que os proíbem contaminar e desmatar, podem ‘compensar’, além de evitar combater a mudança climática, pois não se ataca o que a provoca. A imperante necessidade de não extrair mais combustíveis fósseis, de deter a agricultura e as monoculturas industriais ou de assegurar o respeito aos direitos dos povos indígenas, que dependem, vivem e são parte das florestas, e dos camponeses e camponesas, de manejar, manter e controlar seus territórios, não são temas na agenda das negociações, de modo que a espiral continua e aumenta.

Um claro exemplo nefasto dos projetos tipo-REDD+ é aquele firmado entre os estados da Califórnia no Estados Unidos, Chiapas no México, e Acre no Brasil, que pretende que as indústrias que contaminam na Califórnia possam continuar fazendo em troca da compra de créditos de carbono de atividades REDD+ no Acre e em Chiapas. Se bem o Acre seja geralmente apresentado ao mundo como o ‘modelo da economia verde’, a realidade é outra: a exploração de madeira e o comércio de carbono vem deixando devastação nos territórios e viola os direitos dos povos da floresta (1), como está sendo reportado pela Plataforma DHESCA (de direitos humanos, econômicos, sociais culturais e ambientais), depois da sua missão no Acre em 2013 (2). Outros exemplos incluem o caso da comunidade N'hambita em Moçambique, que assinou um contrato com a empresa inglesa Envirotrade para que esta comercializasse créditos de carbono REDD+, pelo quê seus habitantes, em lugar de alimentos, terão que ‘cultivar carbono’ em seus territórios durante 99 anos (3). Outros exemplos como no Quênia (4), Congo (5), Papua Nova Guiné (6), Camboja (7), Brasil (8), e mais casos, demonstram como projetos REDD+ podem significar despejos forçados, prisões e despojo de territórios.

Já são numerosas as comunidades que têm sido pressionadas ou enganadas a firmar contratos que supõem a perda de seus direitos sobre suas terras e territórios ancestrais (9). Os projetos tipo-REDD+, além disso, não garantem que as empresas extrativas não ingressem nos territórios. Por exemplo, ‘Socio Bosque’, o programa tipo-REDD+ do Equador, onde as comunidades estão obrigadas a cuidar a floresta por 20 ou 40 anos para que o Estado possa assegurar-se que os ‘serviços ambientais’ estejam conservados e possam ser comercializados, permite a extração de petróleo ou a mineração nestas zonas (10).

Não obstante, REDD+ anuncia querer combater o desmatamento, garantir a participação local, melhorar a gestão das florestas, melhorar as condições de vida e desenvolvimento das populações locais e, em certas ocasiões, inclusive implementar os direitos territoriais, além de alegar combater as mudanças climáticas. Mas os incontáveis programas nacionais e sub-nacionais, acordos bilaterais e multilaterais e os projetos REDD+ a nível mundial demonstram cada vez mais que estas são mentiras e que seu objetivo é o de acumular mais capital e controlar territórios. As comunidades afetadas por projetos REDD+, seja de forma direta ou indireta - através das empresas contaminadoras que se beneficiam com os créditos de carbono gerados por tais projetos, ou através do Estado, não têm sido realmente informadas do que significa este tipo de compromissos. Os projetos REDD+ já estão definidos por seus promotores antes de serem apresentados às comunidades, roubando-lhes na prática a opção real de aceitar ou não o projeto, ou simplesmente são enganadas e caem na ‘redd’, vendo as promessas não serem cumpridas.

Da mesma forma que REDD+, a chamada agricultura ‘climaticamente inteligente’, em lugar de ser uma solução para as mudanças climáticas, é uma tentativa a mais das corporações de biotecnologia e do agronegócio para patentear as sementes e controlar as terras agrícolas.

Este mecanismo incitado pela FAO e o Banco Mundial, entre outros, aponta a que as camponesas e os camponeses adotem determinadas práticas de cultivo e utilizem sementes transgênicas ‘prontas para o clima’, despojando-lhes de seus campos, de sua autonomia, soberania alimentar e conhecimentos ancestrais. A Via Campesina denunciou que a agricultura ‘climaticamente inteligente’ é a continuação de um projeto iniciado com a revolução Verde na década de 1940 e que continuou nos anos 70 e 80 com os projetos de Redução da Pobreza do Banco Mundial que dizimaram as economias camponesas particularmente no Sul, provocando a perda da soberania alimentar e os tornando dependentes do Norte para poder alimentar a sua população” (11). Hoje, por exemplo, um programa do Banco Mundial no Quênia busca gerar créditos de carbono ao exigir ‘práticas sustentáveis de manejo de terras’, as quais incluem o uso de sementes de uma variedade de milho híbrido que a Syngenta vende localmente, pressionando para que os camponeses e camponesas abandonem suas espécies nativas (12). Os partidários dessa perigosa falsa solução querem converter os campos, solos e cultivos em créditos de carbono, o que levaria a um incremento na usurpação de territórios e no despojo de direitos.

Inclusive as monoculturas de árvores estão sendo camufladas como ‘climaticamente inteligentes’. O avanço das plantações em grande escala de árvores de eucaliptos, *pinus*, acácias, palma africana e outros é em realidade um processo de aprofundamento da acumulação de capital impulsionada pelas corporações sobre os territórios. As plantações são consideradas como ‘sumidouros’ de carbono e por tanto aptas para beneficiarem-se de créditos de carbono. Assim, em Aceh, no norte da Indonésia, um projeto REDD+ com 770 mil hectares foi desenvolvido pela ONG Fauna & Flora Internacional, a empresa *broker* de carbono Carbon Conservation e o então governador de Aceh. O documento do projeto afirma que uma forma de ‘compensar’ a perda de florestas na área designada para o projeto REDD+ seria através das plantações de palma africana, para as quais se estimou a ‘capacidade de absorver carbono’, para poder antecipar assim quantos créditos de carbono poderia gerar o projeto. Por sua vez, as comunidades locais na área do projeto têm afirmado em numerosas ocasiões não haver sido devidamente consultadas sobre o mesmo ou não ter recebido nenhum benefício, senão ao contrário, a questão da propriedade de suas terras segue sendo um grave problema sem resolver (13).

Empresas como a petroleira Shell ou a mineira Rio Tinto, de plantações florestais e papel e celulose como Green Resources e Suzano, agroindustriais como Wilmar, Monsanto e Bunge, organismos multilaterais como PNUD ou FAO, transnacionais da conservação como Wildlife Works, WWF, The Nature Conservancy ou Conservação Internacional, empresas consultoras, bancos públicos e privados e muitos governos elaboram, apóiam e financiam projetos e programas REDD+ e de agricultura ‘climaticamente inteligente’. Estes mecanismos minam as verdadeiras soluções à crise climática pois são uma distração às mudanças necessárias nas formas de produção e consumo e rumo a economias e sociedades livres de combustíveis fósseis.

Não devemos deixar-nos enganar pelas mentiras e propagandas enganosas. Sabemos que as negociações sobre o clima, cada vez mais salvar o clima, nem proteger as florestas e as terras, nem erradicar a pobreza ou respeitar os direitos dos povos indígenas. Pelo contrário, protegem covardemente a corporações depredadoras, reforçando um modelo destrutivo e patriarcal. O que é ainda pior, manipulam informação para culpar pequenos agricultores e agricultoras e povos que vivem e dependem das florestas como se fossem os principais causadores das mudanças climáticas por criar parcelas para a agricultura de subsistência, quando na realidade são justamente os e as habitantes tradicionais dos territórios que têm permitido a conservação das florestas, das fontes de água e dos ecossistemas.

Não podemos permitir que as falsas soluções para as mudanças climáticas, como REDD+ e a chamada agricultura ‘climaticamente inteligente’, destruam o equilíbrio da Mãe Terra. Devemos nos opor a este tipo de programas e aos ‘serviços ambientais’ que buscam perpetuar o capitalismo.

Devemos seguir impulsionando a transformação do atual modelo de produção e lutar contra as políticas impostas sobre os povos que priorizam a reprodução do capital por cima da reprodução da vida. São as lutas de indígenas, camponeses e camponesas, residentes urbanos, pescadores e pescadoras, mulheres, homens e jovens em defesa dos direitos e dos territórios que vêm guiando o caminho. São os povos que se opõem a extração petroleira e mineira, aos serviços ambientais, aos projetos agroindustriais e de monoculturas, os que estão dando passos certos frente às mudanças do clima. A esses povos, em lugar de criminalizá-los, há que respeitá-los e reconhecer seus esforços por contribuir a uma transformação global.

Devemos nos organizar pela defesa dos territórios indígenas, pela defesa das populações que vivem, dependem e são parte das florestas, pela defesa da autonomia sobre o controle de seus territórios, pela defesa de Mãe Terra.

Por essas razões dizemos SIM à defesa dos territórios,
à defesa das populações que vivem, dependem e são parte das florestas,
a sua autonomia sobre seus territórios, e
à defesa dos direitos da natureza.

**BASTA DE PROJETOS EXTRATIVOS,
NÃO AOS SERVIÇOS AMBIENTAIS,
LUTAR CONTRA REDD+ TAMBÉM É COMBATER O CAPITALISMO !**

**NÃO À CRIMINALIZAÇÃO DOS POVOS QUE DEFENDEM SEUS TERRITÓRIOS !
JUNTE-SE A MARCHA DA CÚPULA DOS POVOS !**

Assinam, inicialmente:

Acción Ecológica, Equador
Aliança RECOs – Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras
Alternativa Intercambio con Pueblos Indígenas, Estado espanhol
Amigos de la Tierra, América Latina y el Caribe (ATLAC)
Amigos de la Tierra, Brasil
Asamblea Nacional de Afectados Ambientales, México
Bia’lii, Asesoría e Investigación, A.C., México
Carbon Trade Watch
Ceiba / Amigos de la Tierra, Guatemala
Censat / Amigos de la Tierra, Colômbia
Centro de Investigación, Documentación y Asesoría Poblacional (CIDAP), Peru
Centro de Mujeres Aymaras Candelaria, Patacamaya, Bolívia - Sud América
Cesta / Amigos de la Tierra, El Salvador
Coeco Ceiba / Amigos de la Tierra, Costa Rica
Colectivo de Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, Equador
Colectivo Voces Ecológicas (COVEC), Panamá
Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (Copinh), Pueblo Lenca, Honduras
Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), Acre e Sul do Amazonas, Brasil

Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Brasil
Corporate Europe Observatory (CEO)
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, Brasil
GroundWork / Amigos de la Tierra, Sudáfrica
Grupo de Estudos em Produção do Espaço Amazônico (UFAC)
Instituto Transnacional (TNI)
Marcha Mundial de las Mujeres
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Brasil
Movimento Mulheres pela P@Z!
Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales (WRM)
Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental (UFAC)
Observatorio ciudadano de servicios públicos, Guayaquil, Equador
Oilwatch América Latina
Oilwatch Internacional
Otros Mundos Chiapas / Amigos de la Tierra, México
Red de Ambientalistas Comunitarios de El Salvador (RACDES), El Salvador
Red Latinoamericana contra los Monocultivos de árboles (RECOMA)
REDES / Amigos de la Tierra, Uruguai
Redmanglar Internacional
Regional Latinoamericana de la UITA
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri – Acre, Brasil
The Corner House, UK

Para unir-se a esse chamado, enviar nome da organização e país para
NoREDDCop20@wrm.org.uy

NOTAS:

1. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM). Brasil: a contínua destruição das florestas e da biodiversidade no estado do Acre, considerada modelo de “Economia Verde” na Amazônia brasileira. Boletim 183. Outubro 2012.
2. Plataforma DHESCA Brasil, <http://www.escri-net.org/es/node/364729>
3. Via Campesina. Moçambique, Comercio de Carbono e REDD +: campesinos cultivam carbono a serviço de contaminadores. 22 Junho 2012.
4. REDD-Monitor. Illegal evictions of the Embobut Forest in Kenya. 15 de Janeiro 2014.
5. Griffiths, Tom. “Seeing REDD? Forests, Climate Change Mitigation and the Rights of Indigenous People and Local Communities”. Maio 2009.
6. *The Economist*. “Money grows on trees”. 6 de Junho de 2009.
7. REDD-Monitor. Military clearing of community forests in Oddar Meanchey, Cambodia. 13 Junho 2014
8. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM). Um projeto de redução de desmatamento no Paraná, Brasil, e a perseguição das comunidades. Boletim 169. Agosto 2011.
9. Ver por exemplo: Amigos da Terra Internacional, *The Great REDD Gamble*, 2014 em www.foei.org
10. CEDIB. PETROPRESS 21. Agosto de 2010. Indústrias extrativas e o programa REDD. O que peca e reza, empata.
11. Via Campesina. Desmascarando a Agricultura Climaticamente Inteligente. Setembro de 2014
12. *Institute for Agriculture and Trade Policies*. An Update on the World Bank’s Experimentation with Soil Carbon. Outubro de 2012.
13. REDD-Monitor. Série de artigos sobre o projeto em Aceh, Indonésia, *Ulu-Masen*
Documento de Projeto Ulu-Masen. Project design note for CCBA Audit. Descimbre 2007